



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM QUÍMICA**

EDUARDO DE ALCANTARA ALENCAR

**A “DILUIÇÃO” DO LIVRO DIDÁTICO: PERCEPÇÕES DA SUA UTILIZAÇÃO POR
PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ARAGUAÍNA.**

Araguaína, TO

2024

Eduardo de Alcantara Alencar

A “diluição” do livro didático: Percepções da sua utilização por professores da rede pública de Araguaína.

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Campus Universitário Cimba para obtenção do título de licenciado em química.

Orientadora: Dra. Jane Darley Alves dos Santos

Araguaína, TO

2024

[HTTPS://SISTEMAS.UFT.EDU.BR/FICHA/](https://sistemas.uft.edu.br/ficha/)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D279  DE ALCANTARA ALENCAR, EDUARDO.

A "diluição" do livro didático: Percepções da sua utilização por professores da rede pública de Araguaína.. / EDUARDO DE ALCANTARA ALENCAR. – Araguaína, TO, 2024.

56 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Química, 2024.

Orientadora : Jane Darley Alves dos Santos

1. Livro Didático. 2. PNLD. 3. BNCC. 4. Novo Ensino Médio. I.
Título

CDD 540

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

EDUARDO DE ALCÂNTARA ALENCAR

A diluição do livro didático: percepções sobre a sua utilização por professores da rede pública de Araguaína-TO

Aprovado em: 27/11/2024

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de Licenciado em Química, sendo aprovada em sua forma final pela banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br JANE DARLEY ALVES DOS SANTOS
Data: 27/11/2024 16:42:34 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Jane Darley Alves dos Santos (UFNT – Orientadora)

Verenna Barbosa Gomes

Prof.^a Dra. Verenna Barbosa Gomes (UFNT – Professora avaliadora)

Raphael Mendes Rosa

Prof. Ms. Raphael Mendes Rosa (SEDUC-TO – Professor avaliador)

Araguaína – TO, 27 de novembro de 2024

*Ao verme que primeiro roer as frias
carnes do meu cadáver, dedico como
saudosa lembrança esse trabalho ântumo.*

AGRADECIMENTOS

Existem tantas pessoas que gostaria de agradecer que sinceramente, tive que fazer um recorte especial, então espero que eu não esqueça ninguém.

Em ordem cronológica, gostaria de agradecer primeiramente a toda a minha família. Muito obrigado mãe, pai, Nanda, Nina e Lucas. Tenho a certeza de que eu definitivamente não seria um adulto funcional sem a ajuda dos meus pais e irmãos mais velhos, e acho que eu também não seria a mesma pessoa sem o meu irmão mais novo. Um agradecimento também à Maria da Cruz, pois sem ela, eu acho que teria ainda mais dificuldades de me organizar.

Além deles, gostaria de agradecer a todos os meus amigos que me acompanham desde o início, meio e fim dessa trajetória, sejam eles de Araguaína ou de qualquer outro lugar do Brasil. Amo muito todos vocês e sempre que tive dificuldade em alguma disciplina que envolvia cálculo vocês me ajudaram mais do que qualquer um. Saibam que aonde quer que vocês estejam agora, guardo cada momento que passamos juntos com um carinho muito especial.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos do grupo “Ata” e “Dragon Rush”. Não consigo colocar em palavras como vocês mudaram a visão que eu tinha sobre mim mesmo. Obrigado Rodolfo por sempre confiar em mim em absolutamente todas as situações, e muito obrigado Nunes, por sempre estar ao meu lado mesmo estando com a rotina super difícil. Espero que algum dia ainda possamos trabalhar juntos pessoalmente, já que eu acabei lhe arrastando pra área da química também.

Além de amigos e familiares, não poderia deixar de agradecer ao colegiado do curso de química e a todos os professores que tive durante essa trajetória acadêmica, desde os efetivos aos substitutos. Um obrigado especial a todos os professores do colegiado de química que fizeram parte da minha trajetória. Um agradecimento especial para a prof^a Doutora Verenna Barbosa Gomes, prof^a Mestra Josilâna Silva Nogueira e ao professor Mestre Raphael Mendes Rosa, que me introduziram no mundo da licenciatura através do PIBID e das atividades de extensão, essenciais para a minha formação e desenvolvimento acadêmico.

Um agradecimento especial também ao professor e coordenador Dr. Joseilson Alves de Paiva. A forma como você explica química orgânica me faz ter interesse em continuar pesquisas e formações na área do Bacharel. Ainda planejo algum dia complementar minha formação pois os seus “porquês” me ensinaram que

o único requisito para entender o funcionamento das coisas através de uma aprendizagem significativa é sendo insuportavelmente curioso.

Continuando os agradecimentos, obrigado também ao professor tutor Doutor Wagner dos Santos Mariano, pela experiência divertida, mesmo que breve, de participar do PETCNAT.

Por fim, gostaria de dedicar um agradecimento à prof^a Doutora Jane Darley Alves dos Santos, que mudou totalmente a minha perspectiva acerca das disciplinas do ensino ao me apresentar a disciplina de currículo.

RESUMO

Este trabalho de natureza qualitativa apresenta uma pesquisa exploratória na área do ensino de ciências e matemática a fim de discutir e problematizar o uso do livro didático nas escolas públicas, com o objetivo geral de identificar quais são os principais desafios enfrentados pelos professores ao utilizar (ou ao optar por não utilizar) o livro didático em sala de aula. Para atingirmos esse objetivo, é necessário que uma problematização a história do PNLD, entendendo como essa política foi construída e como ela funciona até hoje, além de entender as relações entre a BNCC e os livros didáticos, para assim entendermos os impactos da utilização dessa importante ferramenta pedagógica na atividade docente. Como uma pesquisa qualitativa, esse trabalho foi construído através de um pequeno grupo focal montado por 5 professores de redes públicas, que também são participantes do programa de mestrado em ensino de ciências e matemática (PPGECIM) da UFNT, e a partir disso, através da entrevista, categorizamos os dados com o objetivo de discutir o processo de escolha dos LDs e o conhecimento acerca do PNLD pelos professores, a pedagogia das competências e a diluição de conhecimentos nos Livros Didáticos e por fim, o uso do livro didático pelos professores e seus impactos na atividade docente. Através de nossa investigação, foi possível concluir que o edital do PNLD 2021, influenciado pelas políticas curriculares da BNCC e do NEM afetaram drasticamente a organização dos conteúdos presentes nos livros didáticos das escolas públicas, causando um esvaziamento e uma desorganização da sequência didática usualmente adotada pelos professores devido à diretriz curricular do estado do Tocantins. Além disso, a principal problemática em volta dessa questão está relacionada com o aumento do tempo hora-atividade, tendo em vista que a falta de organização do livro faz com que o professor tenha que buscar atividades por fora do material. Nesta perspectiva, muitas ações precisam ser feitas, e no geral, é extremamente necessário que novos estudos acerca dos novos materiais didáticos sejam feitos, assim como novas reivindicações acerca do novo edital do futuro PNLD 2025, tendo em vista que esse é o último ano que a coleção será utilizada.

Palavras-chaves: Livros Didáticos. PNLD. Material Didático. BNCC. NEM.

ABSTRACT

This qualitative study presents an exploratory research in the field of science and mathematics education to discuss and problematize the use of textbooks in public schools, with the general objective of identifying the main challenges faced by teachers when using (or choosing not to use) textbooks in the classroom. To achieve this goal, it is necessary to problematize the history of the PNLD (National Textbook Program), understanding how this policy was constructed and how it operates to this day, as well as to comprehend the relationships between the BNCC (National Common Curricular Base) and textbooks, aiming to understand the impacts of using this important pedagogical tool in teaching activities. Developed as a qualitative study, this research was conducted with a small focus group of five public school teachers, who are also participants in the Master's Program in Science and Mathematics Education (PPGECIM) at UFNT. Through interviews, data were categorized to discuss the textbook selection process, teachers' knowledge about the PNLD, the pedagogy of competencies, the dilution of content in textbooks, and the use of textbooks by teachers and their impact on teaching practices. Our investigation concluded that the PNLD 2021 call for submissions, influenced by the curricular policies of the BNCC and the New High School Reform (NEM), drastically affected the organization of the content in textbooks used in public schools, resulting in a weakening and disorganization of the usual didactic sequence adopted by teachers due to the curricular guidelines in the state of Tocantins. Furthermore, the main issue surrounding this matter is related to an increase in teachers' non-classroom preparation time, as the lack of organization in the textbooks forces teachers to search for additional activities outside the provided material. From this perspective, many actions need to be undertaken, and overall, it is extremely necessary to conduct further studies on the new teaching materials and to advocate for revisions to the new call for submissions for the upcoming PNLD 2025, considering that this is the last year the current textbook collection will be used.

Key-words: Textbooks. PNLD. Teaching Materials. BNCC. NEM.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFNT - Universidade Federal do Norte do Tocantins

LD – Livro Didático

PNLD – Plano Nacional do Livro Didático

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

NEM – Novo Ensino Médio

PPGecim – Programa de Pós Graduação de Ensino de Ciências e Matemática

PIBID – Programa de Bolsas de Iniciação à Docência

MEC – Ministério da Educação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INL – Instituto Nacional do Livro

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. JUSTIFICATIVA PESSOAL.....	15
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
3.1 - A história do PNLD e as suas relações com os livros didáticos.....	18
3.2 - Entendendo a relação da BNCC com os Livros Didáticos.....	24
4. METODOLOGIA.....	29
5. CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS.....	31
6. RESULTADOS E ANÁLISE.....	33
6.1 - O processo de escolha dos LDs e o conhecimento acerca do PNLD pelos professores.....	33
6.2 - A pedagogia das competências e a diluição de conhecimentos nos novos LDs..	38
6.3 - O uso do livro didático pelos professores e seus impactos na atividade docente... 42	
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
8. REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

Dentre as diversas funções sociais atribuídas à escola, é impossível pensarmos em escolas e salas de aula sem lembrarmos do uso de materiais didáticos, em especial, os livros didáticos (LDs). Através de uma busca mais aprofundada acerca das bibliografias que explicam não só do que se trata esse material, mas que também explicam as suas funções, é possível analisar que diversos autores o retratam de diferentes formas.

Essa gama de múltiplos significados são descritos por Munakata (2016), que descreve esse fenômeno utilizando o termo “fluidez”. Para ele, essa fluidez semântica está associada, principalmente, ao lugar que esse tipo de livro ocupa na cultura escolar. O autor por fim define os LDs, que na sua visão, consistem em “[...] qualquer suporte (impresso em papel, gravado em mídia eletrônica, etc.) produzido explicitamente para ser utilizado na escola, com fins didáticos” (MUNAKATA, 2016).

Mas afinal, como podemos caracterizar a função didática desses livros? Ao buscar definições mais claras acerca dessa importante função, Marisa Lajolo (1996) em sua obra “Livro Didático: um (quase) manual de usuário” será o principal referencial teórico utilizado para este trabalho. Em sua obra, a autora define como livro didático, aquele material que:

[...] Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva o **que** se ensina e **como** se ensina o que se ensina. (LAJOLO, 1996, p. 4)

Ao interpretarmos esse fragmento textual de Lajolo (1996), é importante perceber que a autora destaca como o livro didático possui uma função bastante similar a de um manual para o professor, tendo em vista que de acordo com ela, esse material ditará o **que** será ensinado (com relação aos conteúdos) e **como** isso será ensinado (com relação à metodologia).

Além disso, outro teórico de suma importância que define muito bem as múltiplas funções e utilidades dos LDs é Alain Choppin (2004). Em seu artigo “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”, o autor teoriza que os LDs assumem quatro funções fundamentais que podem variar significativamente dependendo do ambiente sociocultural, do contexto político, das

disciplinas, dos níveis de ensino (ensino básico, graduação, ensino técnico e etc) e por fim, das suas formas de utilização.

A primeira função apontada por Choppin (2004) é a função referencial, também chamada de curricular ou programática. Nela, é dito que os LDs têm o papel de serem fieis tradutores do programa de ensino, partindo do princípio que esse programa exista. Já a segunda função, caracterizada como instrumental, explica que os LDs também possuem características que fazem deles importantes materiais de apoio, tendo em vista que eles podem oferecer propostas de exercícios ou outras atividades semelhantes com o intuito de facilitar a memorização, favorecendo a aprendizagem. Essa segunda função é bastante semelhante ao pensamento de Lajolo (1996) previamente mencionado.

Na terceira função, caracterizada como ideológica e cultural, Choppin (2004) discorre sobre como o livro didático, por ser uma produção humana, carrega em si diversas ideologias, culturas e aspectos filosóficos que podem influenciar os seus leitores. Por fim, na quarta e última função, caracterizada como documental, o autor explica que os livros podem assumir um papel de registro histórico e cultural dos conhecimentos, valores e práticas pedagógicas de uma época específica, tendo em vista que os LDs documentam as mudanças nas concepções educacionais, nos valores sociais e nas ideologias dominantes, refletindo o contexto político e cultural de seu tempo.

A partir dessas características, chegamos à conclusão então que os livros didáticos são reconhecidos como um importante material de apoio escolar para os professores na sua atividade docente, assim como uma importante ferramenta de aprendizagem e pesquisa para os alunos. Ainda utilizando-se dos referenciais de Lajolo (1996), a autora destaca outro ponto importante que destaca tanto a importância desse material para as redes de ensino, como também a necessidade de termos órgãos públicos responsáveis pela produção, editoração e distribuição desse material, conforme podemos ver nos trechos abaixo:

[...] o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares. (LAJOLO, 1996, p.4)

Por desfrutar de uma tal importância na escola brasileira, o livro didático precisa estar incluído nas políticas educacionais com que o poder público cumpre sua parte na garantia de educação de qualidade para todos. Pela mesma razão, a escolha e a utilização dele precisam ser

fundamentadas na competência dos professores que, junto com os alunos, vão fazer dele (livro) instrumento de aprendizagem. (LAJOLO, 1996, p.4)

Quanto às políticas educacionais voltadas para os LDs no Brasil, mencionadas em ambos os referenciais teóricos de Lajolo (1996) e Choppin (2004), destaca-se o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), principal política pública que gerencia, regulamenta, avalia e distribui os LDs e outros materiais didáticos nas redes de ensino, sejam elas públicas ou privadas. Aliado a ele, não podemos deixar de mencionar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017). Apoiados em Apple (2002) pensamos na importância da conexão entre o currículo e o livro didático. Para este autor o que marca o currículo nas salas de aulas é frequentemente o grande atrelamento dos professores aos livros didáticos que adotam. Essa correlação entre currículo oficial e livro didático, fica expressa no trecho:

Quer se queira, quer não, na maioria das escolas americanas, não se define o currículo por disciplinas nem por programas sugeridos, mas sim através de um determinado artefacto — o manual estandardizado e específico para cada nível de matemática, leitura, estudos sociais, ciências (quando se ensinam), entre outros (APPLE, 2002, p.65).

Esses programas, no entanto, sofrem diversas críticas muito bem fundamentadas de teóricos da educação. Para Laval (2019), a BNCC foi aprovada de forma não consensual, tendo em vista que diversas ocupações estudantis em escolas e reivindicações docentes de associações científicas da área educacional foram feitas na época de sua aprovação, com o objetivo de impedir reformas curriculares mais ferozes como a do Novo Ensino Médio (NEM), que infelizmente foi aprovada e está em vigor. Além disso, muitos autores criticam a “pedagogia das competências”, elemento central da nova diretriz curricular que relaciona objetivos de aprendizagem com competências socioemocionais que devem ser desenvolvidas juntamente com a aprendizagem dos conteúdos.

Aliado a isso, o PNLD também foi um programa que sofreu diversas mudanças graças às alterações nas diretrizes curriculares e a implementação do NEM. Através do edital de convocação nº 3/2019 (Brasil, 2019), que afetou a inscrição e avaliação dos materiais referentes ao PNLD 2021, é possível perceber que a forma como as disciplinas escolares são organizadas no livro didático foi

drasticamente mudada, tendo como principal diferença o fato das disciplinas serem organizadas e estruturadas por áreas do conhecimento nos novos materiais.

Diante do exposto, propusemos problematizar a escolha e o uso dos livros didáticos de Ciências da Natureza e Matemática, analisando como esses materiais são selecionados e utilizados pelos professores em suas práticas pedagógicas. Ao investigar a frequência e as metodologias com que os docentes empregam ou deixam de empregar os livros didáticos em sala de aula, pretende-se compreender os impactos desse uso na prática e no desenvolvimento profissional dos professores. Nesse sentido, a análise busca oferecer uma visão crítica sobre as potencialidades e limitações dos livros didáticos no contexto escolar, discutindo a importância desse material, assim como os impactos da BNCC, do PNL D e do Novo Ensino Médio (NEM) nesse processo.

2. JUSTIFICATIVA PESSOAL

Em 2020, ano em que ingressei no curso de química da UFNT, eu ainda me considerava um jovem imaturo. Na época, possuía apenas 17 anos, e assim como muitos outros alunos que ingressam nas licenciaturas, não possuía o objetivo de me tornar um professor, mas entrei no curso pois a química era uma ciência que eu dominava, relativamente bem no meu ensino médio e tinha bastante curiosidade para conhecer mais.

Pouco tempo depois do meu ingresso, as portas da universidade acabaram se fechando para a grande maioria do seu público graças à pandemia do COVID-19. Esse período trágico me causou diversas inseguranças, fazendo com que a vontade de trocar o meu curso fosse constante, já que graças ao isolamento social, tudo o que eu poderia fazer no meu tempo livre além de algumas atividades de lazer online era estudar.

Essa realidade, no entanto, mudou com a abertura do edital para um programa de bolsas, o PIBID. Como ainda estava no 1º período e não sabia muito bem como funcionava, a ajuda da minha mãe e da minha irmã foi fundamental para que eu pudesse entender melhor como me inscrever no processo e entender sobre o que ele se tratava. Na época, não pensava que esse programa fosse me impactar da forma que me impactou, tendo em vista que eu só havia entrado pois, na minha visão, eu não tinha nada melhor pra fazer, gostaria de ganhar dinheiro com a bolsa e

também precisava experienciar como era a realidade das escolas públicas, tendo em vista que eu fiz todo o meu ensino fundamental e médio em uma escola privada.

O período da pandemia parece ter sido um completo desastre para as escolas públicas. Dentre as diversas atividades que fazíamos durante o PIBID, algo que me chamou bastante atenção era a produção dos “roteiros quinzenais”, uma espécie de pequeno resumo que era entregue aos alunos para que eles não perdessem algumas atividades no período pandêmico. Entendia que aquela medida emergencial era necessária, tendo em vista que muitos alunos não tinham acesso a internet, computadores ou celulares para a realização de aulas online, mas ainda assim me parecia algo muito raso e supérfluo que prejudicaria muito os alunos longo prazo, já que durante o meu ensino médio, era comum que tivéssemos diversos livros didáticos à nossa disposição, que inclusive eram bastante utilizados pelos professores. Esse material, no entanto, nunca foi me apresentado durante o programa nas escolas públicas.

Algum tempo depois a normalidade voltou a se instaurar. Em 2022, meu primeiro semestre presencial começaria e, infelizmente, uma das disciplinas que peguei era realizada no sábado. Essa disciplina era a disciplina de “Currículo, Política e Gestão Educacional”, e eu honestamente não poderia deixar de agradecer à professora Jane por ter ministrado-a de forma tão excelente, fazendo com que a infelicidade de ter que acordar cedo num sábado se transformasse numa enorme vontade de participar das aulas. Foi a partir dessa disciplina que eu tive a certeza de que a área da educação, especificamente a parte curricular, é realmente algo que me desperta um grande interesse. Entender as relações sociopolíticas que permeiam a escolha dos conteúdos que estudamos e a forma como eles são abordados foi uma virada de chave fundamental para continuar a minha jornada na graduação.

Futuramente, depois dessa disciplina, três estágios obrigatórios e o programa Alvorecer, que realizou diversas atividades de extensão e pesquisa, percebi durante a minha experiência docente que os professores da rede pública não costumavam utilizar os livros didáticos fornecidos pela escola. Levando em consideração o fato de que eu vim de uma escola onde tínhamos 12 livros didáticos por ano para serem trabalhadas ao longo do semestre, aquilo simplesmente me mostrou o abismo de diferença entre a educação pública e a privada, me despertando o interesse em

pesquisar e entender porque os livros didáticos não são utilizados pelos professores da rede pública e descobrir os motivos por trás dessa não utilização.

Logo, julgo que esta investigação tem uma relevância enorme na medida em que busca entender as percepções dos professores acerca dos LDs. Esse estudo também mostra-se importante pois busca mostrar as nuances que envolvem as políticas curriculares nacionais que influenciam o processo de escolha, fabricação e editoração de uma das ferramentas de apoio mais importantes na jornada de professores e alunos: O livro didático.

Com o objetivo de orientar a investigação acerca desse tema, este trabalho tem como principal pergunta problema:

- Quais são os principais desafios enfrentados pelos professores ao utilizar (ou ao optar por não utilizar) o livro didático em sala de aula?

Essa pergunta-problema nos leva ao nosso objetivo geral, que é o de problematizar a escolha e o uso do livro didático de ciências da natureza pelos professores, especificando os seguintes objetivos:

- Problematizar a história do PNLD, entendendo como essa política foi construída e como ela funciona até hoje;
- Entender as relações entre a BNCC e os livros didáticos;
- Analisar os motivos por trás da utilização (ou não) dos livros pelos professores e discutir os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada.

Para alcançar tanto os objetivos gerais como os específicos, este trabalho organiza-se de uma forma onde possamos entender historicamente todos os processos de estudo e investigação que são importantes para a compreensão do problema. Sendo assim, após a introdução, apresentamos nosso referencial teórico estruturado em dois capítulos: 1) A história do PNLD e as suas relações com o livro didático; 2) Entendendo a relação da BNCC com os livros didáticos. Em seguida, detalha-se todo o percurso metodológico realizado para chegar às duas categorias definidas para o passo seguinte, mostrando os resultados e discussões da investigação e por fim, o último tópico refere-se às considerações finais do trabalho.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 - A HISTÓRIA DO PNLD E AS SUAS RELAÇÕES COM OS LIVROS DIDÁTICOS

Para entendermos melhor o que é o Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no Brasil e como ele se relaciona com os livros didáticos, é necessário entendermos a sua função e o contexto histórico, econômico e político que permearam a sua criação. Atualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) descreve o PNLD como:

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País. O PNLD também contempla as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas Escolas beneficiadas (BRASIL, 2024).

A partir dessa descrição, o site do governo federal, na sessão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nos apresenta um histórico contendo uma série de decretos que foram promulgados ao longo da história, contendo eventos com marcos importantes para entender a trajetória do PNLD, chegando até os dias de hoje. O objetivo deste capítulo é fazer um recorte das datas mais importantes a partir desses marcos disponíveis no site para discutirmos como a história do PNLD se relacionou com o contexto histórico e político do país ao longo dos anos.

Começando pelo ano de 1937, onde o Instituto Nacional do Livro (INL) é criado, o site do PNLD registra essa data e esse acontecimento como precursores para a criação do PNLD. Partindo para o ano seguinte, por meio do decreto Decreto-Lei nº 1.006, é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), sendo descrita como a primeira política de legislação e controle de produção e circulação de livros didáticos no Brasil. Além disso, o site também destaca o ano de 1945, onde através do Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, onde é institucionalizada a primeira legislação acerca da produção, importação e utilização do livro didático, que restringia ao professor a escolha do livro didático que fosse ser utilizado nas suas aulas (BRASIL, 2021).

Avançando alguns eventos da linha do tempo, importantes eventos acontecem durante a ditadura militar. Em 1966, o Ministério da Educação (MEC) firma um acordo com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) para a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), que possui como principal objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição desses LDs. Além disso, o site também destaca o ano de 1971, onde é criado o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), o ano de 1976, onde cria-se a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) que substitui o INL e por fim o ano de 1983, última medida antes da fundação do PNLD, onde a Fename é substituída pela nova Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), incorporando o Plidef, sendo a primeira vez que uma política voltada para o livro didático menciona a participação dos professores na escolha do livro (BRASIL, 2021).

Com o fim da ditadura militar em 1985, após 48 anos da institucionalização do INL, o programa surge com um novo nome, conhecido como Programa Nacional do Livro Didático a partir do decreto Decreto nº 91.542, de 19/8/85. Com a substituição do Plidef e a chegada do PNLD ao seu lugar, é possível observarmos diversas mudanças nas políticas públicas relacionadas à escolha do livro didático. Dentre elas, destaca-se que a partir dele, a indicação dos livros seriam feitas pelos professores e os livros se tornaram reutilizáveis; Além disso, a partir de agora, um aperfeiçoamento das especificações técnicas para a sua produção também foi implementado (BRASIL, 2021).

Foi a partir do ano de 1985 também que a sessão de histórico do PNLD nos mostra uma série de medidas que foram sendo implementadas ao programa com o passar do tempo, destacando-se o ano de 1993 e 1994, onde a UNESCO define critérios para a avaliação dos livros didáticos em conjunto ao MEC e a FAE, o ano de 1995, onde as disciplinas de matemática e português são oficialmente adicionadas às escolas do ensino fundamental, seguido pela adição das ciências naturais em 1996 e de história e geografia em 1997. Por fim, destaca-se também o ano de 2003, onde através da resolução CD FNDE nº. 38, de 15/10/2003, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) foi instituído (BRASIL, 2021). A partir desse ponto, todas as atualizações referentes ao PNLD destacam investimentos feitos no programa e algumas metas que, apesar de serem importantes, não agregam para o desenvolvimento da discussão dessa pesquisa.

A partir desses recortes históricos do programa, é interessante observarmos que, a necessidade de se ter um órgão público responsável pela produção e distribuição dos livros didáticos parece ter aumentado cada vez mais com o passar do tempo e à medida que o contexto político do país se modificava. Podemos destacar como primeiro exemplo, todas as medidas de 1937 à 1945. A criação do INL e todas as medidas posteriores até o final de 1945 refletem o período da Era Vargas, onde o país passava por um processo de nacionalização, fazendo assim com que fosse necessário ressaltar e preservar obras nacionais, assim como criar mecanismos institucionais para a produção desses materiais.

Esse recorte também pode ser feito para os anos que abrangem o período da ditadura militar no Brasil (1964 - 1985). Durante o ano de 1966, o acordo entre o MEC e a Usaid fomentaram tanto o setor industrial quanto o educacional, fazendo com que o ensino de ciências tivesse o objetivo de proporcionar uma educação para a formação de mão de obra técnico-científica em nível de segundo grau, atendendo às necessidades do mercado de trabalho e do desenvolvimento industrial da época (SAVIANI, 2018). Esse acordo só foi extinto em 1971, mas é importante notar que o conteúdo dos livros, assim como os objetivos de aprendizagem foram mudados graças ao contexto histórico da época.

Partindo dessa breve contextualização, analisando todos os contextos históricos que permeiam os livros didáticos, é possível perceber a ideologia predominante e as políticas curriculares por trás da sua construção (SANTOS, 2017). A produção e o conteúdo presente nos livros refletem as ideias hegemônicas dos governos vigentes, tendo em vista que, à medida que os governos mudam, o conteúdo ensinado nos livros e a forma como eles são abordados também são modificados para que se adequem melhor aos novos objetivos de ensino.

Neste sentido, Apple (2016) destaca e observa que o currículo nunca é uma simples coleção neutra de saberes que são passados de alguma forma pelos textos e aulas de uma nação. O autor evidencia que na verdade, os conhecimentos levados para a sala de aula sempre fazem parte de uma tradição minuciosamente seletiva, seleção essa que é feita por alguém, da visão de um grupo que legitima saberes enquanto deslegitima outros, e que se produz a partir de tensões, conflitos, compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e/ou desorganizam um povo.

Com essa perspectiva em mente, ao analisar a criação do PNLD, é possível observar que o programa surge em um contexto histórico onde o Brasil passa por um processo de redemocratização, o que exige que as escolas também passem por uma mudança nas suas diretrizes curriculares, ou seja: é necessário que haja uma mudança na organização das políticas públicas que envolvem a produção desse material, tendo em vista que o conteúdo presente nos livros daquela época não atendiam mais as mesmas demandas do governo anterior, necessitando assim um processo de mudança e redefinição dos seus objetivos.

É a partir dessa contextualização histórica que podemos entender então o porquê do PNLD ser uma política de suma importância até os dias de hoje. Se compreendemos os livros didáticos como documentos que expõem não só os conteúdos que são ensinados em nossas escolas, mas também os objetivos políticos de uma época, é essencial que tenhamos ferramentas que produzam, editem, distribuam e avaliem esses livros.

Historicamente, tanto as ferramentas avaliadoras assim como as editoras responsáveis pela produção do livro também conversam com a história do PNLD a partir da redemocratização. Quanto às editoras, foi em 1995, durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que essas ganharam mais força. Para falar sobre ambos os temas, é essencial discutir sobre o mercado de livro didáticos, tendo em vista que ele trata de uma questão nacional de grande importância social para o país, a partir do momento em que o PNLD assegura a universalização do acesso ao livro didático para a grande maioria dos estudantes brasileiros na educação básica (Cassiano, 2007).

É na *Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfações das Necessidades Básicas de Aprendizagem* em Jomtien, Tailândia, em 1990, que Cassiano (2007) destaca como o Banco Mundial, durante a década de 90, privilegia propositalmente o livro didático como um fator essencial para uma educação de qualidade não só no Brasil, mas para diversos países em desenvolvimento na América Latina durante a mesma época. A autora destaca como o *Plano Decenal da Educação para Todos (1993-2003)*, documento elaborado no Brasil em 1993, em um acordo entre o MEC e a Unesco 3 anos após essa conferência, priorizavam constantemente o livro didático como recurso pedagógico essencial, sendo esse plano até mesmo patrocinado e editado pela Associação Brasileira dos Editores de Livros (Abrelivros), com o objetivo de criar-se uma demanda para esse novo produto

tanto para editoras nacionais, como para editoras internacionais, através de empréstimos financiados pelos organismos internacionais responsáveis.

Com a criação do *Plano Decenal da Educação para Todos* em 1993, diversas críticas foram feitas a respeito do material didático até então produzido que chegava às escolas. De acordo com o documento, a única justificativa para a má qualidade do material até então era devido a má formação dos professores que os escolhiam, já que desde 1985 o material era escolhido pelos docentes. A partir disso, no mesmo ano, o estado constitui através do PNLD uma comissão para analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e dos aspectos pedagógico-metodológicos dos livros que vinham sendo comprados pelo MEC, que após longos 3 anos de diversas conturbações, finalmente implementa uma avaliação pedagógica dos LDs por meio do PNLD (CASSIANO, 2007).

Com isso, o primeiro problema sobre ter uma ferramenta avaliadora para os LDs é finalmente solucionado. Em 1996, o MEC forma comissões divididas por áreas do conhecimento para finalmente estabelecer quais seriam os critérios de análise e classificação das avaliações. O resultado desse processo é conhecido até hoje como “*Guia de livros didáticos*”, onde após a condensação dessa avaliação dos livros, eles são divulgados através de exemplares para as escolas, com o objetivo de orientar os professores na escolha dos livros.

Apesar disso, inicialmente, esse processo não foi visto com bons olhos pelas editoras tendo em vista que boa parte dos seus livros costumavam ser descartados e isso era divulgado publicamente através de uma lista do MEC, o que fazia com que elas perdessem prestígio e conseqüentemente dinheiro. As comissões responsáveis pelas avaliações eram compostas de professores renomados de universidades federais do país, e o processo de avaliação sofreu diversas mudanças ao longo do tempo, não sendo mais o mesmo nos dias de hoje.

Paralelamente, no ano seguinte, em 1997, temos a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), após 2 anos de pesquisa nacional (1995 e 1996), que chega com o objetivo de servir como uma espécie de guia para os profissionais da educação e, por consequência, para os livros e editoras. Esse documento então definiria os conteúdos que estariam presentes nos livros didáticos separados pelas séries (1º ano, 2º ano, etc). Com isso, solucionamos o segundo problema referente à produção e avaliação do material didático, tendo em vista que para avaliá-lo, era necessário saber quais conteúdos seriam avaliados e com quais

objetivos. Apesar disso, os PCNs não possuíam um caráter de lei, sendo considerados apenas como documentos orientadores.

Cassiano (2007) então descreve o livro didático, a partir desse momento como:

O Livro didático torna-se, assim, elemento aglutinador do currículo nacional, uma vez que a partir da universalização do atendimento aos alunos do ensino fundamental, por meio do PNLD, 100% dos livros correspondentes às disciplinas do núcleo comum, que entram nas escolas públicas brasileiras para o alunado deste nível de ensino, são avaliados pedagógica e metodologicamente pela equipe governamental, que tem, entre outros critérios, os Parâmetros Curriculares Nacionais como norteadores (Cassiano, 2007, p 59.).

Por fim, é importante ressaltar que atualmente, o processo de avaliação e escolha dos livros mudou novamente. A partir dos PCNs, chegamos no principal tópico de discussão do segundo capítulo dessa tese, pois a promulgação de um parâmetro curricular nacional finalmente nos dá o primeiro protótipo de um novo projeto que viria a estabelecer uma nova política curricular brasileira com caráter de lei que ainda está vigente até os dias de hoje. Promulgada em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) mantém elementos em comum dos antigos PCNs, mas que se tornaram cada vez mais presentes com a influência de órgãos neoliberais na educação, fazendo com que a pedagogia por competências e habilidades de mercado se tornasse um dos elementos principais do documento.

É diante dessa nova política curricular que novos LDs foram construídos buscando se adequar à nova vigência, o que mostra mais uma vez como o PNLD é diretamente afetado pelo contexto histórico-político do país. Nesse sentido, é importante considerarmos também que como a versão final da BNCC foi aprovada em 2018, tivemos diversos LDs na área de Ciências da Natureza que foram adequados às novas proposições curriculares a partir de 2019. Com isso, cabe destacar que no ano de 2019 o PNLD foi direcionado principalmente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 2020 atendeu os anos finais e somente em 2021 tivemos os novos livros sendo propostos para o Ensino Médio, sendo estes últimos os que tiveram as maiores modificações com relação ao que estava sendo apresentado até o momento (NILLES; DE ANDRADE LEITE, 2023).

Dentre as principais mudanças acerca do PNLD 2021, tendo como principal contexto as reformas educacionais de cunho neoliberal, nota-se o esvaziamento de conteúdos na grade curricular. A partir desse ano, os livros passaram a ser organizados em áreas do conhecimento ao invés de componentes curriculares. Isso

significa que ao invés de termos disciplinas de Biologia, Química e Física, agora todas essas disciplinas se encontram numa só área, a de ciências da natureza. Além disso, os livros que antes possuíam uma sequência lógica de conteúdos, agora são apresentados em uma sequência de 6 volumes não sequenciais, ficando a critério do professor a escolha de qual livro será utilizado em qual série.

A discussão acerca dos impactos da nova mudança no PNLD já é um tópico que está sendo pesquisado por diversos teóricos da educação em ciências, o que coincide com nosso objetivo de pesquisa. Para a finalização deste capítulo, é fundamental percebermos que o processo de estruturação do PNLD passou por diversas mudanças sistêmicas até a sua concretização definitiva de avaliação, que envolveram e ainda envolvem demandas políticas de diferentes épocas. Neste sentido, é válido destacar uma importantíssima fala de Apple (2024), que ressalta que por trás dessa importante mercadoria, o livro didático, existe, na verdade, um complexo conjunto de relações humanas. O intuito desse apelo e deste capítulo como um todo é mostrar como a produção e distribuição nacional de livros didáticos não é neutra, evidenciando constantemente as tentativas de manutenção dessas políticas em se alinhar com os interesses de grandes empresários que buscam lucrar em cima dos livros didáticos utilizando a máquina pública.

3.2 - ENTENDENDO A RELAÇÃO DA BNCC COM OS LIVROS DIDÁTICOS

Diferentemente dos PCNs, que serviam como um documento orientador para os currículos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possui um caráter de lei. Promulgada em 2018, o Ministério da Educação (MEC) define o documento como:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018.)

Caracterizamos então a BNCC como um documento que define o que deve ser ensinado nas escolas. Dado esse caráter, é lógico que consigamos entender como essa lei se relaciona com a política de produção dos livros didáticos, mas

novamente, cabe contextualizar historicamente todo o processo de criação da nova lei e mostrar aspectos desse documento que orientam as principais críticas acerca dos livros didáticos e as suas utilizações nos dias de hoje.

As principais contextualizações referentes à BNCC começam durante o ano de 2016, no segundo governo de Dilma Rousseff. Neste ano, a então presidenta sofreu um golpe parlamentar, sendo assim substituída pelo seu vice, Michel Temer, que inicia uma série de reformas neoliberais, tendo como principal ideário a modernização tecnológica e o fortalecimento de diversos setores do capitalismo financeiro (FERRETI; SILVA, 2017). Tendo em vista que tivemos reformas não só na área da educação e ensino mas também em setores chave da sociedade como a previdência social e diversos cortes no financiamento de órgãos públicos como as universidades federais.

A demanda por uma base nacional comum não era recente ou exclusiva dessa época, tampouco a atuação do setor privado nesse setor da educação. Como visto anteriormente, era possível vermos uma demanda por uma lei que objetivava uma reforma curricular já em 1996 durante a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o que acabou resultando na criação dos PCNs no ano seguinte.

Apesar da promulgação dos PCNs na época, o documento não servia como uma diretriz com caráter de lei e sim como uma ferramenta de orientação, fazendo com que eles fossem considerados como uma alternativa curricular não obrigatória, resultando em um não atendimento à necessidade de centralizar decisões curriculares, algo que ia na contramão do contexto sócio-político da década de 90, tendo em vista que ele foi marcado por diversas políticas de centralização de currículos, sugeridas principalmente pelo Banco Mundial.

É a partir dessa demanda por uma centralização maior nos currículos e pela implementação de políticas públicas em torno de uma base comum que diversas instituições privadas surgem no cenário da educação com o objetivo de controlar essas narrativas. A principal discussão referente a esse momento foi a do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, onde diversos estados e municípios da federação foram consultados para definir a BNCC, encontro esse que aconteceu tanto com a participação de atores públicos e privados (MACEDO, 2014).

Tarlau e Moeller (2020) são autores que destacam como organizações sem fins lucrativos como a Fundação Lemann elegeram a BNCC como o seu mais importante projeto filantrópico. A organização foi responsável por diversas propostas

que influenciaram o cenário político da época a favor da construção de uma Base Nacional Comum que se alinhasse aos seus interesses e objetivos, organizando até mesmo um “Movimento Nacional” por volta de 2013 que foi de fundamental importância para a aprovação do projeto.

Dando continuidade a essa trajetória, foi durante o ano de 2016 que é finalmente dado início a implementação radical de diversas políticas neoliberais que priorizam os interesses de setores privados do empresariado, onde as políticas educacionais não são exceção. No ano de 2016, o então presidente Michel Temer decreta a medida provisória 746/2016, que pouco tempo depois se concretiza como a lei nº 13.415 (2017), que reformula o Art. 36 da Lei nº 9.334 de 20 de dezembro de 1996, criando o Novo Ensino Médio (NEM), movimento que gera diversos embates sociais (PEDREIRA e SOUZA 2023).

Dentre as principais críticas à nova lei, destaca-se o fato do processo de implementação ter sido construído com pouco diálogo com os professores da educação básica e superior, mas ao mesmo tempo com um enorme apoio do empresariado. Devido a isso, temos como principal consequência um currículo montado por áreas de conhecimento, em forma de objetos de aprendizagem, pautados em uma perspectiva utilitarista (Laval, 2019) e centrado através de competências socioemocionais com o objetivo de tornar os alunos aptos para o mercado de trabalho.

A BNCC (BRASIL, 2017) aliada ao NEM, vieram com mudanças significativas em comparação com o modelo de ensino médio anterior. É possível observar isso com uma leitura mais aprofundada do documento, que nos mostra que a carga horária foi ampliada, fazendo com que o Ensino Médio passe de 2400 horas para 3000 horas totais. Apesar de utilizarmos o termo “ampliada”, a principal mudança aconteceu na Formação Geral Básica, que passou a dividir espaço com a Formação Específica. Com isso, o total de horas foi dividido entre a formação geral básica, com carga horária máxima de 1800 horas, e a parte flexível, denominados de itinerários formativos, que têm uma carga horária mínima de 1200 horas.

Devido a isso, o NEM fez com que a carga horária das disciplinas obrigatórias fossem substancialmente reduzidas, graças a esses itinerários. A reforma do Ensino Médio também divide o currículo em áreas de conhecimento, permitindo que os estudantes, no primeiro ano, tenham uma formação geral básica nas disciplinas dessas áreas e nos dois anos seguintes, eles sigam os itinerários formativos,

escolhendo conforme as áreas de conhecimento e as opções disponibilizadas pelo sistema de ensino e pela escola. Essa formação faz com que a aprendizagem de conteúdos científicos seja precarizada e negligenciada em prol de uma semiformação que supostamente daria aos alunos a escolha de optar por desenvolver novas competências e habilidades para atividades do mercado de trabalho, sendo considerada uma tentativa de formação técnica de péssima qualidade.

Além disso, Rodrigues e Mohr (2021) destacam que quanto ao ensino de ciências, o documento enfatiza propostas voltadas para o letramento científico e na proposição de atividades investigativas de cunho positivista quanto ao modo de relação com o conhecimento científico. Essa visão é extremamente ultrapassada, e considera a ciência e o desenvolvimento científico como algo que inerentemente trará riquezas, desenvolvimento e bem estar-social, o que não condiz com o real propósito desse tipo de ensino.

A junção de todos esses fatores acaba nos trazendo um enfraquecimento dos conhecimentos historicamente desenvolvidos pela humanidade nas propostas curriculares da BNCC para o ensino médio, o que ocasiona em uma formação voltada para o empreendedorismo e o desenvolvimento de competências socioemocionais e até mesmo nos leva a questionar qual está sendo o papel da escola. Além disso, esse movimento revela o processo de formação de um novo perfil de trabalhador – um trabalhador que é empreendedor de si mesmo e adaptável, fundamentado na meritocracia e na gestão do sofrimento psíquico e dos fracassos por meio das competências socioemocionais e da disciplina de projeto de vida (Safatle, Silva Jr., & Dunker, 2021).

A caracterização do ensino por competências é algo que estava presente até mesmo no documento curricular anterior, os PCNs. Para Zajac (2020), “a diferença entre as competências dos PCN e da BNCC está na combinação entre competência e aprendizagem”. Além disso, outro ponto principal de diferença entre os 2 documentos destacado por Vieira, Nicolodi e Darroz (2021) é que a BNCC não divide as áreas do conhecimento em disciplinas ou componentes curriculares como ocorria nos PCNs. Isso significa que, enquanto nos PCNs as disciplinas relacionadas às ciências da natureza possuíam explicitamente as suas devidas denominações e suas devidas epistemologias (Biologia, Física e Química), isso não acontece na BNCC, o que aglutina todos esses objetos do conhecimento em uma só matéria,

causando uma verdadeira confusão, tendo em vista que os cursos de formação de professores ainda especificam objetos do conhecimento específicos.

Por fim, essa aglutinação de diferentes matérias em uma só acaba por prejudicar a maneira como esses conteúdos são abordados, o que acaba causando um esvaziamento no conteúdo que será ministrado nas escolas. Nesse sentido, Pedreira e Souza (2023) destacam que, ao introduzir conhecimentos mais flexíveis e uma formação parcial, o papel da escola também se modifica. Ela deixa de priorizar sua função social de ensinar conhecimentos historicamente acumulados para valorizar uma função voltada ao empreendedorismo do conhecimento, ou seja, buscando quais saberes são essenciais para que o estudante se torne um empreendedor, ou um trabalhador com mão de obra barata e com pouco conhecimento. Esse empreendedorismo, entretanto, não se resume à criação de inovações ou à geração de renda extra, embora isso já traga desafios. A noção de empreendedorismo, em conjunto com as competências socioemocionais no Novo Ensino Médio via BNCC, foca no "empreendedorismo de si", direcionado à construção de uma subjetividade trabalhadora desconectada das condições estruturais que sustentam as desigualdades sociais e educacionais. O foco passa a ser no indivíduo, na meritocracia, na resiliência e na elaboração de um projeto de vida, dentro da lógica meritocrática e individualista da atual sociedade capitalista e neoliberal, responsabilizando o indivíduo por suas ações, sem levar em conta suas condições de vida.

Subsequentemente, Kuenzer (2020) afirma que “[...] o espaço escolar no desenvolvimento de competências, tal como o proposto nas políticas educacionais vigentes [...]” desconsidera as múltiplas determinações que perpassam pelo espaço escolar que ao mesmo tempo que se nega, se reafirma, ao mesmo tempo que liberta, aprisiona e é nesse espaço fundamental chamado escola que os filhos da classe trabalhadora têm a oportunidade de acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade. Na nossa perspectiva, a escola é o espaço que possibilita a introdução às produções culturais históricas, filosóficas e científicas, espaço de compreensão dos dominantes sob os dominados, que permite a consolidação de conceitos e formas para inserção na vida social e no mundo do trabalho. Jamais podemos olhar para a escola que temos sem considerar a realidade material e subjetiva dos estudantes, dos educadores e da comunidade que a compõe. A escola está num contexto físico, social e histórico.

Pensando nessas múltiplas determinações é que a análise da percepção dos professores sobre os livros didáticos no contexto da BNCC mostra-se extremamente importante, tendo em vista que graças as direções do currículo, é notório que há um enorme esvaziamento de conteúdos e uma grande diluição das áreas do conhecimento, o que prejudica não só a forma como essas disciplinas são abordadas em sala de aula, mas também dificulta a utilização de um dos principais materiais de apoio pelos professores, precarizando ainda mais a atividade docente.

4. METODOLOGIA

A análise dos dados se pautará em uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (1994), essa abordagem divide-se em três etapas, sendo caracterizadas com: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental. Vale ressaltar que dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas se complementam, uma vez que a realidade por eles abrangida interage e exclui qualquer dicotomia. Uma pesquisa de abordagem qualitativa ocupa-se, desse modo, em “compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos” (MINAYO 1994, p. 24).

Nesta primeira fase, que é entendida como exploratória, preparamos a trajetória da investigação: a) escolha do tópico de investigação; b) delimitação do objeto; c) definição dos objetivos; d) construção do marco teórico conceitual; e) seleção dos instrumentos de construção/coleta de dados; f) exploração de campo.

Na segunda fase, a exploratória ou trabalho de campo, fizemos uma aproximação com a realidade sobre a qual formulamos a problemática da pesquisa. Para esta pesquisa, a principal problemática está relacionada com o uso do livro didático. Ele está sendo utilizado pelos professores nas escolas? Qual a percepção dos professores sobre eles? Como a interação entre professor e os livros didáticos afetam a atividade docente e a sua relação com o ambiente escolar?

Em nossa pesquisa essa aproximação se deu através de um grupo focal. O grupo focal, enquanto técnica de coleta de dados qualitativa, tem sido amplamente discutido por pesquisadores de diversas áreas. Neste trabalho, decidimos utilizar as contribuições de Gatti (2005), que nos ajudou significativamente para a compreensão dessa metodologia. Gatti (2005) destaca a natureza coletiva e interativa do grupo focal como sua principal característica, diferenciando-o de outras abordagens qualitativas. Segundo a autora, a interação grupal entre os participantes permite que percepções, opiniões e experiências individuais sejam confrontadas, debatidas e aprofundadas, proporcionando insights que dificilmente emergiriam em entrevistas individuais. No geral, a pesquisa com grupo focal tem como principal característica a interação e a troca de ideias entre os participantes.

A escolha dos participantes deve levar em consideração as características que os tornam relevantes para o tema investigado, o que pode envolver tanto grupos homogêneos quanto heterogêneos, dependendo dos objetivos da pesquisa. Grupos

homogêneos tendem a promover maior coesão, enquanto grupos mais diversos podem trazer à tona múltiplas perspectivas sobre o mesmo tema (GATTI, 2005).

O público alvo da pesquisa são os professores da rede pública da cidade de Araguaína. Devido a isso, neste trabalho, o grupo focal foi realizado com cinco professores, todos eles participantes do Programa de Pós Graduação em Ciências e Matemática (PPGECIM) da UFNT, um programa de mestrado. A escolha pelos sujeitos participantes, foi motivada, também, pelo fato de que em uma pesquisa mais rápida, como é o caso do TCC, eles estariam reunidos no referido programa, o que facilitou nossa logística. O convite para contribuir com a pesquisa foi feito pela professora orientadora durante uma de suas aulas de mestrado na UFNT. Posteriormente, através de uma conversa com os alunos, foi decidido o dia e o horário em que todos os participantes pudessem comparecer. A partir disso, a reunião ficou marcada para uma sexta-feira às 9h50min. Esta etapa iniciou com os participantes assinando fisicamente o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). Em seguida, com o objetivo de coletar informações sobre o perfil de cada um, iniciamos uma breve conversa com o intuito de identificar os participantes e incentivá-los a discorrerem mais sobre as suas trajetórias de vida. Após essa identificação, iniciou-se o grupo focal. O momento foi gravado e estendeu-se das 10h15min às 11h06min.

A gravação da entrevista foi feita através de um gravador do celular do autor. Posteriormente, a transcrição da entrevista foi realizada manualmente, digitando-se o que era ouvido diretamente para um arquivo de texto do Google docs. O texto então foi corrigido, com o objetivo de identificar e separar cada interlocutor.

5. CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

Durante a terceira fase de nossa pesquisa, analisamos os dados da nossa entrevista transcrita com o objetivo de categorizá-los. Para isso, foi necessário roteirizar algumas perguntas antes da entrevista, para que através delas, fossem coletadas respostas que poderiam servir de apoio para a elaboração da pesquisa. Ao todo, foram feitas 5 perguntas, sendo 2 caracterizadas como gerais e 3 como específicas. Para cada pergunta, foram selecionadas trechos, que dão sentido ao

nosso objetivo, das respostas dos participantes para que se desse início ao processo de análise.

A partir disso, a categorização dos dados foi feita através do estabelecimento de categorias pré-determinadas ou à posteriori a fim de entender melhor o nosso objetivo de pesquisa. Para este trabalho, foram separadas 3 categorias, que podem ser compreendidas conforme o Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Categorias e seus objetivos de análise.

Categoria	Objetivos
1 - O processo de escolha dos LDs na escola.	Analisar se os professores conhecem o processo de escolha dos LDs e do guia do PNLD pelos professores, as condições que procedem para esta escolha.
2 - Competências e a diluição de conhecimentos.	Analisar se o livro satisfaz os professores quanto ao ensino de conteúdos. Entender como eles estão vendo o esvaziamento no papel das disciplinas e do conteúdo no livro didático.
3 - O uso do livro didático pelos professores e seus impactos.	Analisar se os professores utilizam o LD em sala de aula e quais os impactos no trabalho docente relacionados a esse material.

Fonte: Própria, 2024.

Além disso, categorizamos também o perfil dos professores entrevistados para uma melhor organização dos dados, já que nem todos trabalham na mesma área. Outro dado importante para esse processo de análise é que todos os professores possuem mais de cinco anos de experiência docente. Essa informação se torna relevante pois foi um fator pré-selecionado para a pesquisa com o intuito de mostrar que esses professores já atuam nas escolas há um tempo, mostrando que já possuem uma familiaridade maior com o processo de escolha dos livros didáticos. Por fim, é importante ressaltar que utilizamos nomes fictícios para garantir a preservação da identidade de cada contribuinte. Podemos observar a sistematização desses dados no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Perfil dos entrevistados do PPGECIM - UFNT

Entrevistado	Ocupação
Ana	Professora de Química do Ensino Médio em uma escola de tempo integral. Atua desde 2017 na educação em tempo integral.
Pedro	Professor pedagogo/biólogo do Ensino Fundamental I. Atua há 8 anos no ensino.
Cristina	Foi professora de ciências nas escolas do campo, e atualmente trabalha como professora do Ensino Infantil.
João	Trabalha como professor de Matemática substituto em um Instituto Federal.
Marta	Foi professora de matemática durante 17 anos, mas atualmente atua como coordenadora pedagógica de uma escola estadual.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Após essa etapa de categorização dos dados, inicia-se o processo de interpretação e formulação de textos argumentativos, etapa necessária para construir e nortear as nossas discussões e apresentar os resultados da pesquisa. Os principais tópicos de discussão estão relacionados com a influência dos livros didáticos no trabalho docente e como o livro didático se relaciona com o currículo escolar.

Todos os participantes convidados a contribuir com a pesquisa em grupo focal participaram da entrevista. Dos constituintes do grupo, 2 se apresentaram como professores do ensino médio, 2 do ensino básico e 1 como coordenadora pedagógica, mas com atuação prévia na docência durante 17 anos. Os dados coletados no início do grupo focal por meio das perguntas foram de grande ajuda para constituir o perfil de cada entrevistado, fazendo assim com que o processo de categorização fosse facilitado.

6. RESULTADOS E ANÁLISE

6.1 - O PROCESSO DE ESCOLHA DOS LDs E O CONHECIMENTO ACERCA DO PNLD PELOS PROFESSORES.

A partir dos relatos coletados, é possível perceber que alguns entrevistados sabem como o processo de escolha do livro didático é realizado, enquanto outros, não possuem tanto conhecimento sobre esse processo. Quando perguntados acerca

do processo de escolha do livro, sem mencionar o guia do PNLD, destacamos a resposta de Marta, a coordenadora pedagógica. Ela descreve o processo:

[...] não atuo diretamente na escolha do material, mas o processo no estado pelo menos, o que acontece é, tem um edital do MEC dizendo as datas que tem pra fazer a escolha [...] Antes as editoras disponibilizavam o livro, antes ele era disponibilizado integralmente, todos, 100% das coleções dos livros aprovados iam pras escolas e disponibilizavam também em PDF no site das editoras e no site do MEC, vinculado com o INEP. E nessa última escolha desde o ano passado, eles não tem disponibilizado o livro todo, eles disponibilizam só 25% do livro [...] Aí tem a escolha que a escola faz, isso no estado, não sei como é no município. No estado, cada escola faz uma escolha, tem a 1ª e a 2ª opção da escolha, mas a escolha do livro no final é decidida pela escola, segundo eles, da maioria do que as escolas da rede decidiram (Marta).

Algo importante de se ressaltar é que, de acordo com o Guia Digital do PNLD 2021, a seleção das obras didáticas acontece em duas etapas. Na primeira, as redes de ensino deveriam escolher os materiais didáticos que seriam destinados aos livros de projetos, os quais visavam proporcionar uma aprendizagem mais prática e aplicada para os alunos. Já na segunda etapa, seriam selecionados os livros organizados por áreas do conhecimento. Com as mudanças implementadas no PNLD, os novos materiais precisam estar alinhados às diretrizes da BNCC e terão um ciclo de uso de três anos.

Boa parte das informações fornecidas por Marta estão presentes no Guia do PNLD 2021, com exceção do dado que diz que somente 25% do material é disponibilizado, que nos mostra como um dado preocupante, tendo em vista que não é possível analisarmos a totalidade de uma obra didático-pedagógica somente com ¼ de sua apresentação. Ao avaliarmos a seção do site do FNDE responsável por explicar o funcionamento do programa, a escolha das redes estaduais de adotarem somente a escolha da maioria é mencionada no seguinte trecho:

[...] Outra inovação trazida pelo decreto foi a possibilidade de as redes de ensino, em conjunto com suas escolas, decidirem pela unificação dos materiais que serão distribuídos para toda a rede ou para grupos de escolas ou por manter a distribuição para cada escola. É importante notar que, mesmo em caso de unificação, cabe a cada escola participante do PNLD registrar suas escolhas individualmente de acordo com a ata que registre a decisão do corpo docente. (BRASIL - Guia Digital - PNLD, 2021, p.21).

Por outro lado, Pedro, professor do Ensino Infantil de escolas municipais, menciona um processo um pouco diferente. Cristina e Ana concordam com o que foi dito e expressam uma opinião parecida, que denunciam um processo de “falsa escolha” quanto aos livros:

Já no município, geralmente separa uma tarde ou uma manhã, aí toca igual uma biblioteca assim em cima da mesa, coloca lá, como eu sou pedagogo, eu tenho que dar aula de português matemática , ciências história e geografia [...] Aí pelo menos o livro de ciências a gente “Ah vou escolher esse, dessa editora” só que aí eles fazem o nosso por região né, como Araguaína compra os livros só pra Araguaína, não tem o estado inteiro, normalmente eles fazem assim: os diretores das escolas próximas combinam entre eles né, aí eles falam “Vamos escolher esse, esse e esse.” e aí fazem a famosa “Momento da escolha do livro didático” para registro, foto, ata e assina, pra dizer que todos escolhemos o livro [...] (Pedro).

Assim como no nosso município, porque como eu sou do município foi igual o (Pedro) falou, a última escolha de livros que nós tivemos, também foi pela manhã, que eu achei um absurdo, várias editoras pra gente analisar, folheamos, só olhando mesmo, aquele tanto de livro, pra todo mundo entrar num consenso e escolher uma editora, no entanto a nossa coordenadora já tinha entrado em contato e falado “não, vamos escolher esse porque tá todo mundo escolhendo” ou seja: Nós tivemos uma tarde pra “escolher” entre aspas, só fotografar, e o que já estava escolhido foi aquele, e dizem que foi a maioria (Cristina).

É, eu fico me perguntando, como que aquele livro que tá sendo utilizado foi a escolha da maioria, porque o livro é muito ruim! É muito ruim. Tinha um livro de outra editora, não lembro agora, que a sequência é muito mais bem distribuída [...] eu olho tanto os conteúdos como as atividades, tinha mais atividades, tinha uma prática, mais exemplos, aí na escolha do atual eu fiquei me perguntando “Gente como que a maioria escolheu uma bomba dessas?” (Ana).

As constatações de Pedro e Cristina se mostram preocupantes. No Guia Digital do PNLD 2021 (BRASIL, 2021), O tópico 8 referente à autonomia dos professores no processo de escolha destaca que: “*Compete às escolas e às redes*

de ensino garantir que o corpo docente da escola participe do processo de escolha democraticamente". No mesmo tópico e também nos dois tópicos seguintes, o Guia ressalta que a decisão sobre a escolha dos professores deve ser documentada por meio de uma ata de escolha, que pode ser acessada através de um link onde é disponibilizada (BRASIL - Guia Digital - PNLD, 2021, p.24).

Além disso, os tópicos 9 e 10, que tratam a respeito da transparência do processo de escolha e das normas de conduta, destacam trechos como:

"Professor (a), confira se a escolha realizada democraticamente pela equipe docente e protocolada em ata (ou outro documento) corresponde às obras registradas no sistema, observando o Comprovante de Escolha"(BRASIL - Guia Digital - PNLD, 2021, p.24). e em seguida, também ressalta que *"De acordo com a resolução nº 15, são obrigações das escolas: manter sigilo sobre os dados de acesso ao sistema de registro de escolha,"* (BRASIL - Guia Digital - PNLD, 2021, p.25).

Os relatos trazidos por esses professores mostram que, se suas suspeitas forem verdadeiras, o processo de escolha dos LDs não está ocorrendo de forma 100% democrática, tendo em vista que parte dos professores são induzidos a escolher um livro em favor de outro.

Quanto a fala de Marta que pondera o fato de todas as redes estaduais adotarem o mesmo livro e a insatisfação de Pedro, Cristina e Ana a respeito dos livros escolhidos, estas são questões que também estão sendo debatidas em outras pesquisas de mesmo cunho. Buscando por outras pesquisas referentes aos processos de escolha dos LDs e os critérios avaliados pelos pesquisadores, Pedreira e de Souza (2023) relatam a mesma insatisfação dos docentes em sua pesquisa, mostrando que muitas vezes os livros escolhidos pelos professores não vêm até a escola pois a escolha dos professores é invisibilizada, tendo em vista que a maioria estadual escolheu outro livro, fazendo com que os docentes sintam que o processo de escolha foi em vão.

Além disso, os autores (PEDREIRA; DE SOUZA, 2023) também tocam em um ponto interessante que discute como que a escolha de uma única coleção para toda a rede estadual não favorece uma adaptação para a utilização dos livros, tendo em vista que nem todas as cidades possuem contextos socioeconômicos e culturais parecidos. Por fim, essa discussão acerca da unificação de uma só obra literária

para toda a rede estadual se estende futuramente em outras críticas feitas pelos entrevistados nessa pesquisa.

Dando continuidade ao tópico acerca do conhecimento dos professores sobre o Guia, ao serem perguntados sobre esse documento, obtivemos respostas mistas, com alguns professores não conhecendo muito sobre as especificações técnicas do guia em si, mas mostrando que sempre fazem parte do processo de escolha, apesar de que os livros que eles julgam ser melhores nunca são os livros escolhidos, causando uma sensação de apagamento, como previamente mencionado por Pedro, Ana e Cristina.

Eu conheço. Eles mandam um e-mail pra gente (Cristina).

É como se fosse um sumário. O guia a gente vê pelo site também. (João).

Eu nunca vi (Ana).

É os critérios que eles definem que podem ser, que você pode avaliar. Mas os livros que tem para a escolha são sempre os que são aprovados pelo MEC (Marta).

Quanto ao processo de escolha dos livros, ao buscar tanto no Guia PNLD 2021 quanto em outros arquivos e retificações dos editais disponíveis no site do FNDE, poucas informações são encontradas. Apesar disso, ao analisar o Informe 35/2022 - COARE/FNDE, disponibilizado no site do FNDE na sessão do PNLD, podemos encontrar as seguintes informações:

De 8 a 18 de novembro de 2022 ocorrerá o registro da escolha do PNLD Literário 2021 para atendimento de estudantes e professores do Ensino Médio. Nesse período, os diretores das escolas participantes do Programa poderão registrar as obras literárias que serão utilizadas nos próximos três anos. Nessa escolha, as escolas deverão fazer dois diferentes registros: a escolha de 2 obras para cada estudante; e de acervos para a biblioteca da escola. (FNDE, 2022.)

Essa informação vai diretamente de encontro com a primeira fala de Marta, mostrando que ela tem plena noção e conhecimento acerca do processo de escolha dos LDs. Através desse fragmento de texto, é possível entendermos melhor algumas críticas que a professora Ana fará no capítulo seguinte acerca da divisão de livros de ciências da natureza pelas séries escolares, graças ao novo PNLD 2021.

A partir disso, é possível chegarmos à conclusão de que no geral, todos os professores participam do processo de escolha dos LDs, mas na mesma proporção, todos aparentam suspeitar do processo de escolha dos livros didáticos. Ao mesmo tempo que nem todos conhecem as especificações a respeito do Guia, eles demonstram ter conhecimento acerca do processo de escolha, o que não significa, porém, que estejam satisfeitos com os livros que chegam à escola, tendo visto que, boa parte deles não apresentam uma qualidade satisfatória. Esses fatos relatados pelos professores evidenciam, como no cotidiano da escola, ocorrem mediações que retiram a autonomia do trabalho docente, desestimulando assim o uso dessa importante ferramenta didática pelos professores.

6.2 - A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS E A DILUIÇÃO DE CONHECIMENTOS NOS NOVOS

LDs

Quando perguntados acerca do guia do livro didático, as respostas mais amplas foram obtidas e relatadas na 1ª categoria, mas a discussão estendeu-se para críticas acerca dos livros. Analisando-as, é possível perceber que as principais críticas direcionadas ao livro estão relacionadas ao esvaziamento de conteúdos do livro e ao fato dele não estar seguindo as diretrizes curriculares do estado.

[...] no geral, os livros disponibilizados são ruins, você tem que preparar o material por fora. [...] Eu peguei o livro, olhei o livro, “Texto, Texto, Texto”, beleza, fui ver a continuação, “contextualização”, quando eu fui pra atividade para o exercício “Exemplo ruim e exercício ruim”, ou era só pergunta de vestibular, questões complexas, que aquele contexto lá não era suficiente, traz 2 páginas de contexto, 1 exemplo e 20 exercícios. Como que eu vou trabalhar 20 exercícios de vestibular com 1 exemplo? (João).

[...] A maioria das vezes que a gente pega o livro pra dar aula ele não se casa com o nosso referencial. Então assim, como que eu vou usar? Eles me dão o referencial, aí eu vou buscar no livro para utilizar o livro e editar o gasto de papeis e de tempo também, mas não se casa. O referencial (Diretriz Curricular) tá indo pra cá e o livro pra lá. (Cristina).

[...] Não tem a série que é pra trabalhar no livro também. [...] O livro que tá na 1a série não tem o conteúdo da 1a série, e

quando tem o conteúdo ele tá muito sucinto e você não tem como aprofundar mais porque ele está esvaziado, o conteúdo está esvaziado no livro. O livro traz mais contextualização do que conteúdo em si. E aí não tem como você aprofundar porque não traz o conteúdo. Aí nem como apoio as vezes serve o livro (Ana).

O livro não atende o que o documento curricular pede. (Marta)

Três entrevistados reclamam sobre o fato dos LDs não seguirem a diretriz curricular do estado, ou seja: os conteúdos presentes no livro não atendem uma sequência didática ideal. Retomando as ideias de Choppin (2004), o autor acredita que o livro também possui uma função curricular ou referencial, que expressa justamente a necessidade dos LDs serem uma tradução do programa de ensino vigente, alinhando-se assim com as diretrizes curriculares e os parâmetros educativos estabelecidos em uma região ou país, como ocorre no Brasil com a BNCC. Nessa função, o livro didático serve como um guia que interpreta e concretiza as expectativas curriculares, organizando conteúdos, temas e habilidades de acordo com as orientações de órgãos educacionais. Neste caso, é possível observar que os livros escolhidos não atendem a essa função, fazendo assim com que isso gere problemas para os professores quanto à sua organização didática.

Além dessa questão curricular, é importante ressaltar que, com relação ao PNLD de 2021 para o ensino médio, o edital de convocação nº 3/2019 (BRASIL, 2019), destinado à inscrição e avaliação de obras trouxe mudanças drásticas em relação aos editais anteriores que explicam a raiz desses problemas. As principais mudanças estão na organização e estrutura das obras didáticas, que passaram a ser organizadas por áreas do conhecimento, com seis volumes não sequenciais para cada área, fazendo com que essa organização fique a critério dos professores. Cada volume deve ter, no máximo, 160 páginas e cobrir todas as competências gerais, específicas e habilidades da respectiva área (com exceção da língua inglesa na área de linguagens e suas tecnologias), evidenciando a integração dessas competências com as gerais (BRASIL, 2019).

Essa organização por áreas do conhecimento e dos livros por coleções não sequenciais afeta diretamente a forma como o conteúdo é abordado nesses livros e também a organização “orgânica e progressiva” de aprendizagens essenciais, o que acaba fazendo com que o conteúdo científico sofra uma espécie de “diluição”, e

ainda por cima causa uma dificuldade ainda maior na atividade docente, pois os professores são obrigados a organizarem quais livros serão utilizados em cada série. Esse assunto é discutido posteriormente por Ana e Marta em algumas de suas falas:

Na última vez que veio, vieram 6 livros, aí vem química, física e biologia tudo junto nos 6 livros. Aí quando foi falado assim “Ah agora vamos ter 6 livros” na minha cabeça eu pensei “Todos os estudantes vão receber os 6 livros, já que eles vão ficar os 3 anos com os mesmos livros” mas não, cada série só iria receber 2 livros. Então cada professor iria definir qual livro ele iria utilizar para a 1ª série, 2ª série e 3ª série [...] Aí entrou no embate que: No conteúdo de um componente curricular tinha a sequência, por exemplo, o livro da 2ª série tem o conteúdo de física da 2ª mas tem o conteúdo de química trabalhado na 3ª. Isso que é o impasse de algumas vezes, alguns livros tem muita física e biologia mas não tem química. Esses dias mesmo eu fui pegar o livro “Ah vou passar uma atividade de tabela periódica” e tinha 5 questões. Aí não tinha mais nada, nem exercício de vestibular, eu falei “Gente, pra que que eu vou usar isso daqui?” (Ana).

Fizemos essa discussão na escola uma vez. Pela questão que assim, o livro ele vem ciências da natureza, mas o professor que vai dar aula é o professor de química, física ou biologia. Aí como no de 9º ano que é o de ciências, o professor lá de nono ano precisa saber os 3, os outros são mais tranquilos. Só que o professor lá de química, ele não sabe de física. O professor de biologia, não sabe tudo de química (Marta).

Quanto ao ensino de ciências, esse tópico é extremamente relevante para a discussão pois no documento do PNL D 2021, destaca-se que a nova proposta da BNCC busca articular as áreas do conhecimento para que elas conversem entre si, fazendo assim com que elas adquiram um caráter interdisciplinar, propondo ao aluno uma visão mais ampla sobre as áreas do conhecimento. É possível observar isso no trecho abaixo, que ressalta:

O material didático das obras por área do conhecimento explora a aprendizagem interdisciplinar, sugerindo caminhos de articulação entre os diferentes componentes curriculares. As práticas específicas desses componentes curriculares devem contribuir para que a diversidade de vivências e experiências seja favorecida na articulação que o trabalho proporciona. A interdisciplinaridade deve conferir ferramentas para

enriquecer a visão de mundo dos estudantes. A partir dessa abordagem, indivíduos compreendem que um mesmo fato ou tema pode ser observado e estudado a partir de diferentes pontos de vista, o que se torna um pilar para a construção do pensamento crítico, capaz de questionar as informações, apurar sua veracidade e aceitar que pode existir mais de uma resposta para uma mesma pergunta. (BRASIL - Guia Digital - PNLD, 2021, p. 18).

O novo currículo de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, alinhado às diretrizes da BNCC, visa promover o diálogo tanto entre os saberes de diferentes áreas do conhecimento. Esse novo currículo busca fortalecer as relações pedagógicas, incentivando a construção de ideias e fomentando discussões que desenvolvam nos estudantes a capacidade de argumentação, opinião e pensamento crítico (BRASIL, 2017, p. 111). Apesar disso, essa visão de interdisciplinaridade, no entanto, acaba por dificultar a atividade docente, já que a responsabilidade pela organização dos conteúdos não é especificada nem nos livros nem nos documentos oficiais, ficando a critério dos professores, como mencionado no próprio texto do PNLD 2021 e na fala de Ana, a responsabilidade de organizá-los com a justificativa de que isso traria liberdade e autonomia para os docentes organizarem seu conteúdo programático, o que na realidade, não acontece. A interdisciplinaridade fica, assim, como um discurso sem sentido, pois o que ocorre de fato é a retirada do conhecimento das várias ciências.

Isso se torna ainda mais contraditório pois, ao analisar novamente o Guia Digital do PNLD 2021, na sessão 7 referente à escolha das obras didáticas, é possível encontrar um trecho que destaca que:

[...] As obras das áreas do conhecimento estão divididas em seis volumes por área. A escola deverá indicar quais volumes deverão ser destinados a cada ano do ensino médio. Não há limite de indicação de volume por ano. Mas se um determinado volume for indicado para um ano específico, esse mesmo volume não poderá ser indicado para outro ano do ensino médio[...]. (BRASIL - Guia Digital - PNLD, 2021, p. 24).

Ou seja, a fala de Ana se mostra profundamente válida, pois mesmo que o programa tenha utilizado a justificativa de que essa nova organização trará “autonomia” para o professor decidir qual obra utilizar, a escola ainda é forçada a separar e dividir cada obra didática por turmas e séries, o que acaba, novamente, dificultando o seu trabalho e destruindo uma possível sequência didática ideal, tendo em vista que alguns livros só contêm conteúdos de objetos do conhecimento específicos (Biologia, Física ou Química), mas os professores de todas essas 3 áreas

ainda possuem aulas em todas as séries, fazendo com que essa separação dos livros pelos professores se torne uma atividade cansativa, inviável e que sobrecarrega ainda mais o professor, conseqüentemente tornando impossível para os alunos de uma série específica que carreguem somente 2 livros, tendo em vista que ao mesmo tempo que esses conteúdos foram aglutinados, eles estão separados em diferentes obras didáticas (Ex: Livro 2 contém somente conteúdos relacionados à Física).

Por fim, como consequência do esvaziamento de conteúdos causados pelos impactos da BNCC nos currículos que afetam os LDs, os estudantes acabam tendo o seu processo de ensino e aprendizagem dificultados, já que a função instrumental do livro (CHOPPIN, 2004) é desmantelada, o que afeta a qualidade do material tanto para o aluno em seus estudos, como para o professor, já que ele é forçado a buscar outra base referencial que melhor se adeque ao conteúdo que deve ser ensinado, abandonando assim essa importante ferramenta didática.

6.3 - O USO DO LIVRO DIDÁTICO PELOS PROFESSORES E SEUS IMPACTOS NA ATIVIDADE DOCENTE.

Após coletar dados sobre o conhecimento geral dos entrevistados acerca das políticas públicas dos livros didáticos e todos os processos referentes a eles, analisamos que dentre os entrevistados, os professores do ensino básico e médio não costumam utilizar os livros didáticos, entretanto, essa realidade não parece ser a mesma para o ensino infantil. É possível analisarmos isso em alguns trechos abaixo:

Eu não utilizo, pois o livro não atende o que o documento curricular pede. O conteúdo do livro que o aluno tem não é o que o documento curricular pede [...] o conteúdo está esvaziado no livro. (Ana)

Às vezes. É como a Ana falou, esvaziou o conteúdo. Então assim, é a mesma argumentação, eu uso as vezes, quando eu tenho que fazer alguma atividade que casa com o referencial. Aí o livro é utilizado. (Cristina)

Eu utilizo, se eles conseguirem responder. Porque se eu deixar só do livro eles não fazem. E se eu peço pra copiar no caderno aí esse material me ajuda muito. Porque quando chega no final

do ano eu tenho percebido que eles conseguem copiar mais rápido, eles melhoram na transcrição né e eu percebi também que a leitura melhora um pouco. Porque como eles tão trabalhando ali olhando as palavras e as letras e copiando eu acho que aprendem mais. Então nesse caso o livro didático ajuda bem mais nesse quesito, bem mais do que estava no 4º ano, pois agora estou no terceiro. (Pedro)

O livro não atende o que o documento curricular pede. (Marta)

É possível analisar que enquanto os professores do ensino infantil priorizam o uso do livro principalmente para o desenvolvimento de funções cognitivas infanto-juvenis, os professores do ensino médio não utilizam o livro devido aos diversos problemas relacionados às novas políticas do PNLD 2021.

O fato do livro não estar sendo utilizado como material de apoio devido ao esvaziamento de conteúdos do mesmo faz com que ele perca a sua função instrumental previamente mencionada por Choppin (2004), e também evidencia que ele não está cumprindo o seu papel referencial, já que está em desacordo com as diretrizes curriculares. Nesse sentido, Lajolo (1996) destaca que:

A impossibilidade de algumas vezes abandonar um livro ruim exige um esforço extra do professor para evitar ou (pelo menos) atenuar as consequências danosas de um instrumento pedagógico que, mais grave do que não favorecer a aprendizagem, deseduca seus leitores.

Por consequência, muitas são as críticas dos professores acerca dos novos materiais, pois, devido à má qualidade deles, o trabalho pedagógico fora do ambiente escolar se torna ainda mais árduo e maior. Ao não terem os LDs como materiais de apoio, os professores são obrigados a buscar conteúdos por fora que melhor se adequem à diretriz curricular e que contenham mais conteúdos, já que o livro se encontra esvaziado. Além disso, eles precisam constantemente realizar intervenções, fazendo com que seja mais fácil e menos trabalhoso descartar a possibilidade do uso dos livros do que realizar correções. Podemos observar isso através das falas dos professores:

[...] Aí nem como apoio as vezes serve o livro, porque eu fui ver o conteúdo de funções orgânicas e tem 2 páginas e acabou o conteúdo [...] Não tem a série que é pra trabalhar no livro também [...] Lá na escola como é integral os alunos não levam o livro pra casa eles ficam na sala de aula. Fica lá de enfeite mesmo pois eu nem uso (Ana).

A maioria das vezes que a gente pega o livro pra dar aula ele não se casa com o nosso referencial. Então assim, como que eu vou usar, eles me dão o referencial, aí eu vou buscar no livro para utilizar o livro e editar o gasto de papeis e de tempo também, mas não se casa. O referencial tá indo pra cá e o livro pra lá (Cristina),

[...] Ano passado faltou professor de física, e ninguém se disponibilizou, e me chamaram né “Contrato, vem aqui” e eu fui dando aula de física. Só que em matemática, a diretriz é separada né, então eu cheguei lá pra dar aula de física e eu perguntei “Qual é a separação do bimestre? E aí falaram “Não, aqui você decide.” Como que eu decido? Nunca dei aula de física (João).

Quanto às falas de João e Ana, é possível perceber que a principal crítica dos professores quanto ao ensino de ciências no contexto da BNCC tem relação com a dificuldade que essa nova política trouxe em desenvolver sequências didáticas “orgânicas e progressivas”, tendo em vista que a influência dessa nova política curricular no PNLD dificulta muito o trabalho docente justamente por destruir essa separação de conteúdos.

Além disso, retomando as falas dos entrevistados acerca do processo unificado de escolha das obras didáticas pelo estados, os entrevistados relataram que essa prática também vêm causando problemas para os alunos que mudam de escola no meio do ano, principalmente pelo fato de que agora, os livros didáticos não são sequenciais. Podemos observar isso nas seguintes falas:

[...] A (Ana) tinha comentado na outra aula, da questão de que quando o aluno muda de escola dentro da rede, chega lá é outro tema, pois se ele muda de escola, não segue a mesma linha. Pois de repente, se o professor não combina com o outro da mesma escola, se o professor da manhã muda pro turno da tarde, o professor vê diferente que o outro, ainda vão ver temas diferentes (pois o professor que escolhe a ordem dos conteúdos) (Marta).

Isso já aconteceu numa escola que eu trabalhava. O mesmo assunto que ela viu nos primeiros 6 meses ela viu nos outros 6

pois ela mudou de escola e o professor da outra trocou a ordem (João).

Ano passado eu comecei o 3º ano com orgânica, eu sempre começo o 3º ano com orgânica. Aí em Agosto eu já tava em Isomeria, e a menina mudou de escola, e ela tava vendo hidrocarbonetos, o que eu passei no início do ano. Como é que um aluno sai de uma escola, não tem uma sequência de conteúdos sabe? E isso já foi debatido várias vezes quando foi começou o re-ordenamento, “não, o professor tem que ter autonomia” não tem isso do professor “ter uma autonomia” tem que ter uma sequência lógica, que é pro aluno não ficar em prejuízo (Ana).

Podemos observar novamente que uma das principais consequências do novo modelo de estruturação dos livros didáticos do PNLD está diretamente relacionada com a retirada da sequência de conteúdos. Como essa escolha fica a critério do professor, e não é a mesma em todas as unidades de ensino, alunos que são transferidos de escolas, à exemplo dos contextos de Ana e João, ficam prejudicados, já que nem sempre a outra escola seguiu a mesma sequência didática estabelecida pelo professor, apesar de terem utilizado os mesmos livros. Mais uma vez, devido a esses empecilhos, o professor se depara com mais um desafio jogado em suas costas: tentar adaptar o conteúdo de uma forma para que aquele aluno possa acompanhar as aulas.

A insatisfação com relação ao livro com a junção de todos os fatores anteriormente mencionados tais como a falta de confiança no processo de escolha, a desorganização da sequência didática e até mesmo os problemas envolvendo o esvaziamento de conteúdos é um dos fatores que afetam negativamente a percepção dos professores sobre os LDs. Quando perguntados sobre qual a percepção com relação aos livros didáticos, obtivemos essa primeira resposta de João:

Tem a opção: “nenhuma função”? (João).

Apesar de considerarmos a resposta para essa pergunta uma possível má interpretação, já que o objetivo principal dela seria fazer com que os entrevistados descrevessem as características principais dos LDs e saber se consideram-o uma ferramenta importante, a fala de João expressa um profundo descontentamento do

professor quanto a esse material pedagógico. A partir disso, a pergunta na entrevista precisou ser reformulada, para fins de direcionamento para que a visão dos professores acerca das principais problemáticas causadas pelo não uso do livro fossem identificadas. Assim, quando perguntados sobre **qual** deveria ser a função dos LDs para os professores, obtivemos as seguintes respostas:

Apoiar nós professores dentro da sala junto ao nosso trabalho. Porque facilitaria muito até mesmo a gestão do tempo, se esses livros tivessem a função que gostaríamos que ele tivesse, porque como os colegas aqui falaram, muitas vezes precisamos buscar em outras fontes, pois se ele tivesse a função que ele deveria ter, pouparia muito do nosso tempo, e do aluno também (Cristina).

Se ele tivesse a função que ele deveria ter, ele seria uma ferramenta que o professor utiliza na sua aula, uma ferramenta de apoio e didática, pois tem livros que trazem além do que aquilo que é necessário [...] Então aquilo lá, tem essa prática então você vai dividindo, é uma ferramenta pedagógica que o professor utiliza para melhorar sua aula né. Igual a (Cristina) falou, vai poupar tempo dele na hora de planejar aula. Então ao invés dele gastar tempo procurando várias coisas em fontes diferentes, ele teria no livro o seu principal ponto de apoio para a aula, e ele procuraria além do que tá no livro. Aí hoje em dia não, o livro fica aquém, e você tem que procurar o básico, pois o livro não atende mais o básico (Ana).

Eu acho que além de ajudar no trabalho do professor, de minimizar o trabalho do professor e a carga de trabalho, ajuda também na visão que o aluno possa ter, por exemplo no meu caso da periferia, eles não tem visão de internet, de celular, eles não sabem buscar conteúdo, então pelo menos no livro de ciências ele tem uma imagem ali, tem alguma coisa que ele possa facilitar, para que o aluno também visualize esse conteúdo, entende? Não é só, se o livro funcionasse ajudaria muito. Porque mesmo que o livro seja um livro ruim eu tenho certeza que ajuda. Por exemplo, eu monto minha aula buscando materiais na internet também, busco muita atividade no Pinterest. Mas esse material não deveria sair de lá, ele deveria estar presentes no livro didático, pra todo mundo. Porque a realidade deles é totalmente diferente (Pedro).

As falas dos professores sinalizam a importância dos livros didáticos, principalmente, no quesito de auxílio em relação às estratégias de organização de aulas. Além disso, as falas de Ana e Cristina se relacionam com o ponto anterior, já que destacam como a má qualidade do material impacta diretamente as condições de trabalho dos professores, desvalorizando o trabalho docente quanto à hora-atividade. Pouco tempo depois a essa fala, a entrevistada Marta também ressalta esse aumento no trabalho docente, destacando: “O professor tem que montar o material, tentar organizar a apostila e vai passando” (Dados do autor, 2024).

Sabemos que legalmente, existem leis que asseguram trabalhos voltados para essas situações, tais como os planejamentos de aula, reuniões pedagógicas, correção de atividades dentre outras, mas sabemos também que nem sempre esse direito é garantido em todas as escolas. Neste sentido, Grochoska (2020), ressalta que a hora-atividade do professor deve ser vista como um elemento fundamental da política de valorização da profissão, uma vez que ela impacta tanto a qualidade da educação quanto a qualidade de vida dos docentes.

A pesquisadora (GROCHOSKA, 2020) continua a desenvolver a sua ideia, ressaltando que além de oferecer tempo para planejamento e estudo, essa prática representa uma alternativa para evitar que os professores levem tarefas para casa — atividades que, devido ao grande volume de trabalho, muitas vezes não conseguem realizar no horário regular, tais como Planejamento de aulas, correção de provas e outras atividades relacionadas às práticas docentes. Por fim, Grochoska (2020) finaliza que esse acúmulo interfere nas condições de vida, reduzindo o tempo que poderiam dedicar à família, ao lazer, ao esporte, à cultura, entre outras atividades essenciais.

Por fim, mas não menos importante, um dos comentários de Ana também chama a atenção por conversar com a justificativa pessoal desse trabalho. Ao discutirem sobre qual deveria ser o papel do livro didático, ela menciona:

Você estava falando que tinha estudado em escola particular, né? Sim, o meu esposo dá aula lá em um colégio privado, aí eles recebem trocentas mil apostilas, mas o material já vem assim ó, direcionado. Aí ele recebe uma orientação assim: “Você tem que trabalhar esses 6 livros, em tantos meses” e eles têm que cumprir com aquilo. Então o material ali já te orienta ali em cima de tudo (Ana).

O comentário de Ana é uma peça chave fundamental para a análise e desenvolvimento final deste trabalho acerca da não utilização dos LDs em contexto de reforma do NEM e da BNCC. Se por um lado, acreditamos que essa nova política curricular pautada na pedagogia das competências têm sido o principal fator responsável pelo esvaziamento progressivo de conteúdos, que busca ativamente botar em xeque quais saberes são essenciais, no intuito de formar estudantes de escolas públicas em empreendedores ou trabalhadores não qualificados e com pouco conhecimento (PEDREIRA e SOUZA, 2023), é possível observar que as essas mesmas políticas, principalmente com relação aos Livros Didáticos e todas as suas nuances, não parecem ter afetado as escolas privadas na mesma proporção.

Portanto, pautado na perspectiva de que o livro é uma importante ferramenta de apoio pedagógico, e também um documento que expõe as diretrizes curriculares de uma nação, todas as críticas expostas pelos professores acerca desse material são extremamente válidas. Reiteramos neste trabalho uma importantíssima fala de Apple (1997), que destaca: "são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo". Partindo dessa fala do autor, se as condições de trabalho docente precisam ser melhoradas, é fundamental que isso seja feito não só na perspectiva de que devemos repensar as nossas diretrizes curriculares e o Novo Ensino Médio, mas também precisamos pautar e lutar por reivindicações para o aprimoramento dos LDs e todas as políticas públicas que o envolvem.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar nossas indagações iniciais, é importante lembrarmos que o objetivo principal deste estudo foi o de investigar quais as percepções dos professores acerca dos LDs e como isso influencia eles na utilização desses materiais. A partir disso, foi necessário abordar tanto a história das políticas públicas que envolvem a produção e distribuição dos livros como o PNLD, como a problematização de novas medidas na área da educação escolar como a BNCC e o NEM.

Ao analisarmos as constantes influências que o PNLD possui com os contextos sociopolíticos do país, podemos observar como grande parte das políticas públicas propostas no país desde o período da redemocratização estão a serviço de órgãos internacionais neoliberais, que buscam a todo custo, lucrar com a educação pública e influenciá-la a fim de satisfazer os seus próprios interesses. Neste sentido, este trabalho também possui como objetivo problematizar a forma como a falta de consultas públicas e a ausência de diálogo com a comunidade escolar vêm afetando a educação pública de diversas formas, dificultando não só o trabalho docente, mas também todo o funcionamento estrutural dessa importante instituição social que hoje denominamos escola.

Ao tentarmos investigar e coletar dados sobre a utilização dessa importante ferramenta pedagógica, não conseguimos fazer com que a pesquisa fosse feita exclusivamente com professores de química. Para fins de praticidade, optamos por escolher professores já formados e atuantes na área há pelo menos 5 anos que estivessem disponíveis facilmente para uma entrevista em grupo focal, já que isso facilitaria a coleta de dados para a pesquisa. A partir disso, criamos pontos-chave que serviram para nortear a discussão acerca dessa importante temática.

É possível perceber que muitos professores se mostram desacreditados quanto ao processo de escolha do livro, e que a escolha de uma só obra para todo o estado mostra-se como uma política que apesar de parecer ter uma boa intenção, acaba por prejudicar a organização docente graças ao fato das obras não serem sequenciais. Chegamos a conclusão de que boa parte dos professores entrevistados optam por não utilizar o livro didático devido à péssima qualidade do material, que além de trazer conteúdos e explicações extremamente rasas, muitas vezes acabam por bagunçar uma sequência didática e descumprir as diretrizes curriculares do

estado, fazendo com que o corpo docente da escola tenha muito mais trabalho para lidar com esse problema, sobrecarregando-os.

Entendemos que boa parte desses problemas vieram graças aos novos editais do PNLD 2021, que por influência da BNCC e do NEM, acabaram por afetar a forma como os conteúdos são abordados nas escolas, fazendo com que o conteúdo se esvazie cada vez mais enquanto a “contextualização” se torna cada vez mais frequente, colocando os conteúdos escolares numa lógica utilitarista, centrando os objetivos de aprendizagem no desenvolvimento de competências socioemocionais. Portanto, a partir dos dados coletados na pesquisa, concluímos que a BNCC e a proposta do NEM afetaram drasticamente a organização dos conteúdos dos livros didáticos utilizados pela rede estadual do Tocantins, afetando assim esse conjunto de obras ofertadas pelo PNLD. É importante frisar que a importância do livro como material de apoio pedagógico se dá em todas as esferas educacionais, desde o ensino infantil até mesmo no ensino superior, e que a chegada de um material de má qualidade na educação pública impacta não só os professores com a possível sobrecarga, mas também os alunos, que perdem uma possível oportunidade de desenvolver habilidades de pesquisa e leitura crítica em um mundo onde a desinformação e as tecnologias digitais ganham cada vez mais espaço e atenção.

Com isso, acreditamos que essa pesquisa foi apenas um pontapé inicial para o desenvolvimento de mais trabalhos acerca desse importante tema no futuro pelo autor. O objetivo principal da nossa pesquisa acerca das políticas públicas é a de denunciar os problemas que afetam a classe docente e propor cada vez mais investigações para que seja possível discutir formas de melhorar e reivindicar direitos fundamentais para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Além disso, é importante salientar que novos livros didáticos serão disponibilizados a partir do edital do PNLD 2025, tendo em vista que a duração de 3 anos do PNLD 2021 se expirará no final de 2024. Com isso, é de suma importância que novos pesquisadores da área do currículo se prontifiquem para realizar análises precisas sobre os novos editais e dos novos materiais, exaltando as suas mudanças, e novamente, reivindicando melhorias nas políticas públicas que envolvem essa questão, lutando para que a educação não seja formada exclusivamente para atender às exigências de mercado, mas para que, ao invés disso, seja fundamental

na construção de cidadãos que compreendam a importância dos conhecimentos historicamente acumulados e que tenham acesso a livros didáticos de qualidade, elaborados de forma democrática e que considerem as reais necessidades dos estudantes e professores no contexto educacional.

8. REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora**. Vozes, 1997.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Editora Vozes, 2024.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Artmed Editora, 2016.

APPLE, M. W. **Manuais escolares e trabalho docente: uma economia política das relações de classe e de gênero na educação**. Lisboa: Didáctica, 2002.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Portaria nº 1.570, 21 de dezembro de 2017, Disponível em: <[ENSINO.MÉDIO](#)> Acesso em: 25 de outubro de 2024.

BRASIL. Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <[Página Inicial — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação](#)> . Acesso em 1 de Novembro de 2024.

BRASIL. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. Ministério da Educação, s/ano. Disponível em: <[Novo Ensino Médio - perguntas e respostas - Ministério da Educação](#)> Acesso em: 29 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. SEB e FNDE. Guia Digital - PNLD 2021. Guia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2021, PNLD 2021. Disponível em: <<https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2021/07/apresentao-guia-pnld-21-objeto-2.pdf>> . Acesso em: 27 de outubro de 2024.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 549-566, 2004.

DIAS, Juliana Vilas Bôas Costa; DOURADO, Hellen Christina Araujo; SIQUEIRA, Rafael Moreira. Cadê a termoquímica que estava aqui? Análise do conteúdo de

Termoquímica em uma coleção de livros didáticos. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 4, n. 11, p. 1-14, 2023.

DOS SANTOS, Oton Magno Santana; BOMFIM, Natanael. O livro didático como objeto da história da educação brasileira. **Revista@mbienteeducação**, v. 13, n. 1, p. 92-105, 2020.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 385-404, 2017.

FNDE. *Histórico do PNLD*. Disponível em: [Histórico — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação](#). Acesso em: 1 nov. 2024.

FNDE. Informe nº 35/2022 - Escolha do PNLD Literário 2021, 2023. Disponível em: [<35. 2022 - Escolha do PNLD Literário 2021 - Ensino Médio \(1\) >](#)

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 44, p. 648-669, 2014.

GATTI, B. A. **Grupo Focal em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2005.

GROCHOSKA, Marcia Andreia; GOUVEIA, Andréa Barbosa. Professores e qualidade de vida: reflexões sobre valorização do magistério na educação básica. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. e219060, 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set./dez. 2020.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em aberto**, v. 16, n. 69, 1996.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo editorial, 2019.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista E-curriculum**, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MARQUES, Pedro Thiago Ferreira; OLIVEIRA, Elrismar Auxiliadora Gomes. A BNCC de 2018 e o PNLD 2021: Uma análise a partir da interdisciplinaridade e contextualização.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NILLES, Jéssica Hensing; DE ANDRADE LEITE, Fabiane. O currículo do ensino de ciências no Brasil: um olhar para a BNCC e os livros didáticos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 6, n. especial, 2023.

PATTI, Bruna Athaide Buczynski et al. O tema sexualidade na BNCC e seus impactos na produção de livros didáticos de ciências. **Sobre tudo**, 2021.

PEDREIRA, Ana Júlia Lemos Alves; DE SOUZA, Rodrigo Diego. A Escolha de Livros Didáticos de Ciências da Natureza no Ensino Médio em contexto de implementação da Base Nacional Comum Curricular: Os Processos e os espaços de decisão dos docentes. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 28, n. 2, p. 439-461, 2023.

RODRIGUES, Larissa Zancan; PEREIRA, Beatriz; MOHR, Adriana. Recentes imposições à formação de professores e seus falsos pretextos: as BNC formação inicial e continuada para controle e padronização da docência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. e35617-39, 2021.

ROSA, Marcelo D.'Aquino et al. Análise de livros didáticos de Ciências do PNLD 2020: impactos da BNCC. **Sobre tudo**, Santa Catarina, v. 3, n. 2, p. 111-147, 2022.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

SANTOS, Maximiller Souza. **Análise histórico-crítica dos livros didáticos de química aprovados no PNLD 2015. 2017**. Dissertação (Mestrado em Ensino,

Filosofia e História das Ciências) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22550>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020.

VIEIRA, Luis Duarte; NICOLODI, Jean Carlos; DARROZ, Luiz Marcelo. A área de Ciências da Natureza nos PCNs e na BNCC. **Revista Insignare Scientia-R/S**, v. 4, n. 5, p. 105-122, 2021.

ZAJAC, Danilo Rodrigues. **A pedagogia das competências na lógica da aprendizagem: BNCC e a nova morfologia do trabalho**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino e História das Ciências e da Matemática) – Universidade Federal do ABC, Santo André/SP, 2020.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário utilizado na entrevista.

Pergunta 1 - Qual a sua formação e onde vocês atuam?

Pergunta 2 - Sobre o processo de escolha dos LDs na escola, vocês tem noção de como ele funciona? Vocês têm conhecimento sobre o guia do livro didático?

Pergunta 3 - Vocês utilizam os livros didáticos ofertados pela escola?

Pergunta 4 - Qual é a função do livro didático para vocês?